

Indicadores nacionais do analfabetismo funcional: Possíveis aproximações com a teoria da ação antidialógica em Paulo Freire

Camila Cristina Ludovico de Souza¹
Universidade Estadual de Londrina
camilaludovico2010@hotmail.com

Leoni Maria Padilha Henning²
Universidade Estadual de Londrina
leoni.henning@yahoo.com

Resumo:

Este trabalho tem como ponto de partida os indicadores do analfabetismo funcional, problematizando a possibilidade de ser este um meio de manipulação das massas para, em confirmação à teoria da ação antidialógica de Paulo Freire, prover a manutenção das desigualdades sociais e das relações entre oprimido e opressor. Para tanto, investiga o conceito de alfabetismo e de analfabetismo funcional e as relações que se pode estabelecer com a educação bancária descrita pelo autor e a dialogicidade. Também veremos outros autores que vem corroborar para o aprofundando sobre a educação alienante e a formação da criticidade. Conclui-se com a reafirmação das hipóteses iniciais e alternativas de averiguação do tema, tendo em vista a complexidade dimensional, tanto individual como social, das perspectivas envolvendo o alfabetismo.

Palavras-chave: Educação. Analfabetismo funcional. Paulo Freire. Manipulação

Resumen:

Este trabajo tiene como punto de partida los indicadores del analfabetismo funcional, cuestionando la posibilidad de que este sea un medio de manipulación de las masas para, en confirmación de la teoría de la acción antidialógica de Paulo Freire, prever el mantenimiento de las desigualdades sociales y las relaciones entre los oprimidos y los oprimidos opresor. Por ello, investiga el concepto de alfabetización y analfabetismo funcional y las relaciones que se pueden establecer con la educación bancaria descrita por el autor y la dialogicidad. Veremos también otros autores que vienen a corroborar para la profundización sobre la educación alienante y la formación de la criticidad. Concluye con la reafirmación de las hipótesis iniciales

¹ Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual de Londrina com pós graduação em nível de especialização em Educação Infantil – FAEL, Faculdade Educacional da Lapa. Professora de Educação Infantil na rede municipal de Rolândia – PR. Mestranda no Programa de Pós-graduação em Educação na Universidade Estadual de Londrina. E-mail: camilaludovico2010@hotmail.com

² Orientadora. Professora Sênior do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Londrina – PR. E-mail: leoni.henning@yahoo.com

y alternativas para investigar el tema, frente a la complejidad dimensional, tanto individual como social, de las perspectivas que involucran la alfabetización.

Palabras clave: Educación. Analfabetismo funcional. Paulo Freire. Manipulación

Abstract:

This work has as its starting point the indicators of functional illiteracy, questioning the possibility of this being a means of manipulating the masses to, in confirmation of Paulo Freire's theory of anti-dialogical action, provide for the maintenance of social inequalities and the relations between the oppressed and the oppressor. Therefore, it investigates the concept of literacy and functional illiteracy and the relationships that can be established with the banking education described by the author and dialogicity. We will also see other authors that come to corroborate for the deepening on alienating education and the formation of criticality. It concludes with the reaffirmation of the initial hypotheses and alternatives for investigating the theme, in view of the dimensional complexity, both individual and social, of the perspectives involving literacy.

Keywords: Education. Functional illiteracy. Paulo Freire. Manipulation

Introdução

O texto que se segue foi realizado como proposta preliminar para a elaboração de um artigo a ser escrito em cumprimento a disciplina 2EDU560 *Filosofia e Educação no Brasil*, que se integra ao programa de Pós-graduação em Educação/UEL, ministrada pela coautora deste trabalho.

Conforme orientações, leituras, discussões e materiais utilizados no decorrer da disciplina foi possível elencar um assunto do qual trataremos aqui. O tema escolhido foi: *As possíveis aproximações entre a teoria da ação antidialógica descrita em Paulo Freire e os indicadores nacionais do analfabetismo funcional*.

Conforme o jornal BBC News – Brasil (2018), numa matéria em que divulga dados do INAF (Indicador de analfabetismo funcional) descreve a situação de 30% da população brasileira entre 15 e 64 anos como analfabetos funcionais que, de acordo com o Instituto, são aqueles que *têm limitação para ler, interpretar textos, identificar ironia e fazer operações matemáticas em situações da vida cotidiana*. Além de trazer dados relevantes em relação às formas de uso das redes sociais pelos participantes da pesquisa, o INAF constatou que 4% dos considerados analfabetos funcionais estão no ensino superior, o que mostra que apesar de serem escolarizados, estes cidadãos não tiveram acesso de qualidade a uma educação garantidora da efetivação plena da alfabetização dos mesmos.

Dada à alarmante circunstância em que se encontra a capacidade de interpretação de textos de uma parcela da população em contraponto com as demandas mediatizadas pela mídia, sobretudo nas redes sociais, a presente proposta se justifica pela necessidade de se estabelecer as possíveis relações entre as formas de manipulação daqueles que possuem poder aquisitivo, social, econômico, político, e que, portanto, obtêm os meios de produção sobre pressão exercida na grande massa da população subjugada. Com o intuito de analisar os dados acerca do analfabetismo funcional sob o aspecto filosófico, a proposta se baseia fundamentalmente na “teoria da ação antidialógica”, descrita por Freire (1987), e suas características de opressão.

De acordo com o tema já disposto acima, é importante destacar que embora o autor no qual nos baseamos aqui não tenha tratado especificamente da questão que temos sob análise – pois, tais elementos são sensíveis às condições atuais em que vivemos em nosso país -

pretendemos elucidar em quais pontos de sua teoria pode-se estabelecer conexões entre os meios de manipulação da grande maioria em benefício de uma pequena parcela das pessoas, com as características antidialógicas e de dominação escritas pelo autor em *Pedagogia do Oprimido* (1987), obra elaborada no final da década de 60 do século passado.

Neste sentido, o meio ou ferramenta de manipulação seria surpreendentemente a própria educação ofertada ao povo. Assim como o autor insistentemente nos mostra a educação como ponto de partida para uma emancipação, ou melhor dizendo, revolução libertadora, se nela houver, é claro, dialogicidade, perguntamos: pela mesma via também não seria possível dominar? Embora não trate diretamente do analfabetismo funcional, Freire sub-repticiamente, na exposição das suas ideias, sugere tal possibilidade descrevendo claramente a função de uma educação escolar antidialógica. Em sua versão *bancária*, o autor traça as características da escola:

Nela o educador aparece como seu indiscutível agente, como o seu real sujeito, cuja tarefa é “encher” os educandos dos conteúdos de sua narração. Conteúdos que são retalhos da realidade desconectados da totalidade em que se engendram e em cuja visão ganhariam significação. A palavra, nestas dissertações, se esvazia da dimensão concreta que devia ter ou se transforma em palavra oca, em verbosidade alienada e alienante. Daí que seja mais som que significado e, assim, melhor seria não dizê-la. (FREIRE, 1987, p.33).

Sabemos então que, para o autor, essa educação bancária tem o caráter alienante, e como tal serviria de grande utilidade aos objetivos dos dominadores. Mantendo os subjugados alienados, evidentemente, seria um serviço de grande valia! O que diremos então, se os mantivermos cegos diante dos fatos?! Levando-se em consideração o acesso facilitado da população aos meios das mídias atuais, amplamente infiltradas em nossa vida cotidiana, isso poderia reverter a manutenção das desigualdades – o que seria uma ameaça aos objetivos dos dominadores. Contrariamente, oferecer uma educação cuja qualidade tampouco permite que o povo seja alfabetizado com eficácia, não só para ler, mas entender o que se lê, possibilitando a reflexão e ação, buscando transformar a realidade opressora - seria como mantê-los cegos!

Sobre isto, veremos mais à frente como Soares (1995) concebe os termos alfabetismo e analfabetismo funcional e estabelece duas dimensões do problema, das quais poderemos destacar a dimensão social fornecendo grande contribuição para as discussões que se seguem.

Para entender melhor como se daria este processo de alienação, é preciso antes de tudo entendermos o que é diálogo para Freire, como ele concebe a relação entre o homem e a palavra. Depois disso, podemos verificar como a dificuldade do indivíduo de ler e interpretar o que lê poderia influenciar também na forma como lê e interpreta o mundo. Já que de acordo com o autor: “Com a palavra, o homem se faz homem. Ao dizer a sua palavra, pois, o homem assume conscientemente sua essencial condição humana”. (FREIRE, 1987, p. 7).

Também faremos um breve apanhado das ideias de outros autores que se fizeram necessário para compreendermos as relações entre língua escrita, sociedade e cultura, como Vygotski e Dewey. Nessa discussão, consideraremos, também, alguns comentadores como Henning.

Alfabetismo, analfabetismo e funcionalidade

Vimos que, no centro da pesquisa da BBC – News mencionada, está o tema alfabetização. E, para destrincharmos a possível origem da questão vamos buscar respaldo em autores que tratam especificamente do assunto. Com o intuito de entender o que é uma alfabetização efetiva e qual a ligação da mesma com a capacidade de autonomia dos sujeitos para compreender o mundo à sua volta e tomar decisões coerentes com a sua realidade, iremos mais a fundo ao estabelecer as relações entre os termos “analfabetismo”, “alfabetismo” e ainda “analfabetismo funcional”, que embora sejam utilizados no cotidiano escolar e tragam consigo um caráter autoexplicativo, deixam algumas dúvidas. Como nos explica Soares:

[...] é significativo que nos seja tão familiar o termo alfabetização, que designa a ação de alfabetizar, de “ensinar a ler e a escrever”, e nos seja tão pouco familiar o termo alfabetismo, designando o “estado” ou “condição” que assume aquele que aprende a ler e escrever. É ainda significativo que consideremos o termo alfabetizado, isto é, aquele que aprendeu a ler e a escrever, como o contrário do termo analfabeto, e que não tenhamos palavra para designar aquele que vive em estado de alfabetismo. (SOARES, 1995, p. 6).

Ainda de acordo com a autora, este fenômeno semântico ocorre, talvez, devido à nossa necessidade recorrente, e já antiga, de designar aqueles que não foram alfabetizados. E, por isso, os termos analfabetismo ou analfabeto estejam tão naturalizados, e o mesmo não ocorra no caso inverso.

Já antecedendo o que voltaremos a discutir mais à frente, no que se refere à perspectiva social e cultural do problema, esclarece:

[...] só recentemente começamos a enfrentar uma realidade social em que não basta simplesmente “saber ler e escrever”: dos indivíduos já se requer não apenas que dominem a tecnologia do ler e do escrever, mas também que saibam fazer uso dela, incorporando-a a seu viver, transformando-se assim seu “estado” ou “condição”, como consequência do domínio dessa tecnologia. (SOARES, 1995, p. 7).

Aqui vemos o viés social, que nos remete às relações de poder estabelecidas entre oprimidos e dominadores, sobre as quais veremos em Freire mais adiante. No entanto, é preciso ainda compreendermos como se caracterizam, de um lado aqueles que detêm este “saber ler e escrever”, e de outro, os que o sabem e usam a seu favor, ou a favor dos seus, sem deixar de lado é claro os que nem mesmo acessam esta tecnologia.

De certa forma, já constatamos que conceituar alfabetismo não é uma tarefa tão simples quanto pudemos supor, e hoje, diferentemente de outrora, já sabemos que o termo designa a apropriação de um saber que extrapola a simples apropriação do sujeito do ato de ler e escrever. “[...] alfabetismo é um conceito complexo, pois engloba um amplo leque de conhecimentos, habilidades, técnicas, valores, usos sociais, funções, e varia histórica e espacialmente.” (SOARES, 1995, p. 7).

Pelo disposto, Soares, divide o alfabetismo em duas dimensões, para que possamos compreender melhor. A primeira é a dimensão individual, na qual várias relações complexas se estabelecem entre a leitura e a escrita, dois saberes distintos com processos de aprendizagem também diferentes. A autora discorre sobre diversos aspectos e capacidades que devem ser adquiridas pelo sujeito em relação a estes dois saberes que, apesar de diferentes, compõem a dimensão individual do alfabetismo. Contudo, não nos deteremos aqui a esta dimensão individual que, apesar de imprescindível, não é suficiente para caracterizar o complexo conceito de alfabetismo. Para nós, até o momento, basta saber que;

As habilidades e conhecimentos de leitura e de escrita estendem-se em um continuum, com vários pontos ao longo desse continuum indicando diferentes tipos e níveis de habilidades e conhecimentos que podem ser utilizados para ler ou escrever diferentes tipos de material escrito. Em outras palavras, o alfabetismo é uma variável contínua, não uma variável discreta, dicotômica. Torna-se, assim, difícil estabelecer de forma não-arbitrária um determinado

ponto nesse continuum que indique a separação entre o analfabetismo e o alfabetismo. (SOARES, 1995, p. 9).

Isto nos esclarece que quantificar dados a fim de apontar quem são os alfabetizados e os analfabetos não deve ser uma tarefa simples e que isto não ocorre de forma isolada dos fatores sociais, nos quais nos deteremos agora. Antes disto, é importante destacar um dado citado por Soares (1995), em que a mesma descreve a forma de avaliação da UNESCO para diferenciar as duas categorias, se é que se pode considerar possível; “A person is literate who can with understanding both read and write a short simple statement on his everyday life. A person is illiterate who cannot with understanding both read and write a short simple statement on his everyday life.” (UNESCO, 1958, p.4) De acordo com a autora:

Pondo o foco na dimensão individual do alfabetismo, essas definições determinam quais habilidades de leitura e de escrita caracterizam uma pessoa alfabetizada (ler e escrever com compreensão), e a que tipo de material escrito essas habilidades devem aplicar-se (um enunciado curto e simples sobre a vida cotidiana). Entretanto, são definições arbitrárias: com que fundamento se seleciona uma certa habilidade (ler e escrever com compreensão — Língua escrita, sociedade e cultura sem nem mesmo considerar-se a ambiguidade da expressão ‘com compreensão’) e um determinado tipo de material escrito (um enunciado curto e simples sobre a vida cotidiana) para caracterizar uma pessoa como alfabetizada? Essa pergunta conduz à discussão sobre a dimensão social do alfabetismo. (SOARES, 1995, p.9-10).

Do ponto de vista de uma dimensão social do alfabetismo, esta é não apenas a capacidade de ler e escrever adquiridas de forma pessoal, mas também e sobretudo a capacidade de relacionar a leitura e a escrita ao seu contexto social, econômico e cultural dando-lhe sentido mais amplo e ainda transformando sua própria realidade por meio desta tecnologia. Ou seja, ressignificando a leitura e a escrita por meio do que se vive, ou, ressignificando o que se vive por meio da leitura e da escrita.

Agora fica ainda mais claro como seria difícil concluir quantas pessoas são realmente alfabetizadas em um determinado grupo, comunidade ou sociedade, se levarmos em conta as dimensões individuais e sociais e todas as implicações já dispostas acima.

Entretanto, para tornar ainda mais complexo o conceito de alfabetismo, há pontos de vista conflitantes sobre a sua dimensão social, pontos de vista que podem ser resumidos (correndo-se o risco de uma excessiva simplificação) em duas tendências: uma tendência progressista, “liberal” — uma versão “fraca” dos atributos e implicações dessa dimensão —, e uma tendência radical,

“revolucionária” — uma versão “forte” desses atributos e implicações. (SOARES, 1995, p. 10).

A tendência “liberal” se refere aquela em que, numa visão progressista, as habilidades de leitura e escrita devem estar associadas diretamente às funções que o indivíduo deve exercer na sociedade, ou seja, a este importa apenas o saber suficiente para cumprir seu papel na mão de obra trabalhadora. E, a medida em que a sociedade se desenvolve e, por conseguinte, o trabalho se torna mais complexo, devem os seus sujeitos se apropriar de conhecimentos que estejam à altura do trabalho que se pretende exercer, porém, não extrapolando essa função. Aqui nasce o termo *analfabeto funcional*³:

[...] nessa versão “fraca” de sua dimensão social, é caracterizado em função das habilidades e conhecimentos considerados necessários para que o indivíduo funcione adequadamente em um determinado contexto social — deriva daí a expressão alfabetismo funcional ou alfabetização funcional, como se tem usado no Brasil [...] (SOARES, 1995, p. 10).

Por outro lado, temos a tendência “radical”, “revolucionária” que, para a autora, designa a versão “forte” da dimensão social do alfabetismo. Nesta, vemos que menos importa o domínio da tecnologia em si, e mais o que se faz dela.

Enquanto na perspectiva liberal, progressista, o alfabetismo é definido pelo conjunto de habilidades necessárias para responder às práticas sociais em que a leitura e a escrita são requeridas, na perspectiva radical, “revolucionária”, as habilidades de leitura e de escrita não são vistas como “neutras”, habilidades a serem usadas em práticas sociais quando necessário, mas são vistas como um conjunto de práticas socialmente construídas envolvendo o ler e o escrever, configuradas por processos sociais mais amplos, e responsáveis por reforçar ou questionar valores, tradições, padrões de poder presentes no contexto social. (SOARES, 1995, p.11).

Sobre estes padrões de poder citados precisaremos recorrer com mais afinco a Freire e sua “teoria da ação antidialógica”. Desta forma, vamos selecionar dentre tantas possibilidades

³ Em alguns casos, o termo analfabetismo funcional foi utilizado também para designar um meio termo entre o analfabetismo absoluto e o domínio pleno e versátil da leitura e da escrita, ou um nível de habilidades restrito às tarefas mais rudimentares referentes à “sobrevivência” nas sociedades industriais. Há ainda um conjunto de fenômenos relacionados que podem ser associados ao termo analfabetismo funcional, por exemplo, o analfabetismo por regressão, que caracterizaria grupos que, tendo alguma vez aprendido a ler e escrever, devido ao não uso dessas habilidades, retornam à condição de analfabetos. Especialmente na França, o termo iletrisme foi utilizado para caracterizar populações que, apesar de terem realizado as aprendizagens correspondentes, não integram tais habilidades aos seus hábitos, ou seja, em sua vida diária não leem nem escrevem, independentemente do fato de serem capazes de fazê-lo ou não. (RIBEIRO, 1997, p. 145).

de análise aquela que está mais alinhada com os nossos objetivos aqui. Já que, para a autora, existem diversas possibilidades de análise deste tema e, entre estas, ela cita as perspectivas: histórica, antropológica, sociológica, psicológica e psicolinguística, sociolinguística, linguística, discursiva, textual, literária, educacional ou pedagógica e política.

A teoria da ação antidialógica de paulo freire

Em *Pedagogia do oprimido* (1987), Freire descreve o que, para ele, é a “teoria da ação antidialógica”, em contraposição à “teoria da ação dialógica”. Para nós, tal dimensão muito tem a ver com a dimensão social do alfabetismo, no Brasil. Antes de tudo, é preciso situar o leitor sobre aspectos fundamentais acerca das teorias, ou, talvez seja melhor dizer, da *práxis* de Freire.

Já falamos anteriormente sobre a influência das relações de poder sob o tema alfabetismo. Então, aqui, discorreremos sobre como Freire as concebe: de um lado, para ele, há o oprimido e de outro, o opressor. Ao primeiro, cabe aquilo que é delegado pelo segundo, mantendo-se alienado enquanto seu opressor se mantém dono dos meios de produção (porém, com um “discutível” nível de conscientização, considerando-se o aporte teórico freiriano). Ao correr o risco de resumir demais estes termos penso que à medida que relacionamos estes dois ao tema principal deste artigo, tanto o oprimido quanto opressor serão mais claramente descritos, sobretudo nas citações de Freire a que recorreremos.

A teoria da ação antidialógica compreende quatro características principais: *a conquista, dividir para manter a opressão, a manipulação e a invasão cultural*. Todas elas podem ser relacionadas facilmente ao alfabetismo em sua dimensão social. Mas aqui, nos deteremos especificamente à característica de manipulação. E, dentro do possível, procuraremos examinar como esta estratégia ocorre no âmbito educacional contaminando o processo de alfabetização. O próprio autor nos situa sobre essa possibilidade, ao afirmar:

Através da manipulação, as elites dominadoras vão tentando conformar as massas populares a seus objetivos. E, quanto mais imaturas, politicamente, estejam elas (rurais ou urbanas) tanto mais facilmente se deixam manipular pelas elites dominantes que não podem querer que se esgote seu poder. [...] Muitas vezes esta manipulação, dentro de certas condições históricas especiais, se verifica através de pactos entre as classes dominantes e as massas



dominadas. Pactos que poderiam dar a impressão, numa apreciação ingênua, de um diálogo entre elas. (FREIRE, 1987, p. 83).

O que não ocorre, de fato, de acordo com o autor, já que para haver dialogicidade é preciso que ambas as partes se encontrem, *mediatizados pelo mundo para pronunciá-lo*, e sendo assim não pode haver diálogo se se parte de um indivíduo em direção ao outro, mas sim se isso é feito em comunhão. Para ele: “Ninguém pode dizer a palavra verdadeira sozinho, ou dizê-la para os outros, num ato de prescrição, com o qual rouba a palavra aos demais.” (FREIRE, 1987, p. 44).

Logo, se não há diálogo verdadeiro, o que há é a manipulação da massa oprimida em favor do opressor. O que pode, como já vimos, se fazer de diversas maneiras. Aqui trazemos à tona a manipulação por meio da educação, quando esta tem um caráter alienante. Freire intitula essa educação como “bancária” e explica:

Quanto mais se adaptam as grandes maiorias às finalidades que lhes sejam prescritas pelas minorias dominadoras, de tal modo que careçam aquelas do direito de ter finalidades próprias, mais poderão estas minorias prescrever. A concepção e a prática da educação que vimos criticando se instauram como eficientes instrumentos para este fim. Daí que um dos seus objetivos fundamentais, mesmo que dele não estejam advertidos muitos do que as realizam, seja dificultar, em tudo, o pensar autêntico. Nas aulas verbalistas, nos métodos de avaliação dos “conhecimentos”, no chamado “controle de leitura”, na distância entre educador e os educandos, nos critérios de promoção, na indicação bibliográfica, em tudo, há, sempre a conotação “digestiva” e a proibição ao pensar verdadeiro. (FREIRE, 1987, p.37).

Se desta educação bancária espera-se indivíduos pouco reflexivos, alienados de sua realidade, e como vimos em Freire, “roubados de sua palavra”, considerando a dimensão social que afeta, ou produz, o problema do analfabetismo funcional no Brasil, podemos então dizer que ele é, ou no mínimo faz parte, de uma das formas de manipulação do opressor sobre o oprimido, legitimada pela educação ofertada às classes menos abastadas da população.

Ora, seria leviano dizer que Freire relegou à educação toda a responsabilidade diante deste processo alienante, mais ainda, teria interpretado a situação do analfabetismo como fator central do problema. Mas, se analisarmos a importância que Freire atribui à palavra, não qualquer palavra, mas em seus dizeres, a *palavra verdadeira*⁴, podemos estabelecer relações

⁴ Outros autores enfatizam a noção de que a palavra enquanto linguagem é também pensamento.

intrínsecas entre o analfabetismo, funcional ou não, e a formação de cidadãos inconscientes de sua existência social e cultural.

Outros autores também nos advertem para uma alarmante preocupação com o papel que a escola, ou mesmo a educação como um todo, exerce na formação de cidadãos críticos e conscientes, ora reforçando padrões alienantes como os descritos anteriormente, ora buscando possibilidades de contraposição ao que nos foi imposto, grande parte das vezes sem êxito. Sem perder o foco na questão principal, encontramos em Dewey o seguinte:

O perigo permanente, portanto, é que o cabedal da instrução formal se torne exclusivamente a matéria do ensino nas escolas, isolado das coisas de nossa experiência, na vida prática. Podem, assim, perder-se de vista os interesses permanentes da sociedade. A preeminência é dada, nas escolas, exatamente a conhecimentos que não são aplicados à estrutura da vida social e ficam em grande parte como matéria de informação técnica expressa em símbolos. Por esta forma chegamos à noção ordinária de educação: a noção que ignora sua necessidade social e sua identificação com toda a associação humana que influa na vida consciente e que a identifica, ao contrário, com a aquisição de conhecimentos sobre matérias de interesse remoto e com a transmissão do saber por meio de sinais verbais: a aquisição de letras. (DEWEY, 1979, p.9)

Tal afirmativa nos remete à teoria da ação dialógica quando destacamos que a educação não deve restringir-se simplesmente à atividade de um para outro, mas na relação intercambiante entre um e outro, lendo, interpretando e agindo no e com o mundo que os cerca. E, da mesma forma, deve ocorrer a escolha dos conteúdos, da metodologia e, talvez, da própria estrutura escolar. O que vemos em Dewey também remonta ao que Soares já alertara antes acerca do fato de que o alfabetismo vai além da aquisição do ler e escrever, não se tratando apenas do uso correto da tecnologia, tampouco da perspectiva individual e pessoal, mas sim de uma gama de habilidades e de interferências e consequências sociais. Para exemplificar:

[...] a alienação pode gerar o ativismo enquanto modo de agir abrupto, sem pensar, em que uma adesão a um movimento, a um líder, a um partido, a uma denominação religiosa, etc. dispensa fundamentação, argumentação, ajuizamento. (HENNING, 2015, p.11).

Para aprofundarmos um pouco mais a discussão sobre as relações entre educação e criticidade recorreremos a seguinte afirmação:

De um modo geral, criticidade propicia ao ser humano capacidade de interpretar, discernir, julgar, desvendar o que está oculto, esmiuçar os fatos aparentes, observar as ciladas, compreender a realidade numa perspectiva



hermenêutica captando o real significado e as causas imperceptíveis ao olhar ingênuo. Logo, criticidade avizinha-se à autonomia, a capacidade de decidir por conta própria, portanto, é a conquista da liberdade. (HENNING, 2015, p.8)

Também é possível encontrarmos em Vygotsky ainda que de um ponto de vista psicológico e, portanto, mais pessoal do fenômeno, sobre a alfabetização para a necessidade da criança: “[...] o ensino tem de ser organizado de forma que a leitura e a escrita se tornem necessárias às crianças. [...] deve ser “relevante à vida” da mesma forma que requeremos uma aritmética “relevante”. (VYGOTSKY, 1991, p.79). É importante destacar que aqui não temos o caráter de funcionalidade, mas de necessidade. Embora não seja possível estabelecer relações diretas entre Freire e Vygotsky, entendemos que ambos concordam que a educação deve, além de outras coisas, atender às necessidades do homem, se, conforme o primeiro, ela esteja a serviço da transformação, mas para o segundo, isso só se dá quando ela se fizer efetiva e útil, sejam quais forem as suas demandas.

Considerações finais

Tendo em vista as discussões apontadas no decorrer do texto em que agregamos as contribuições de diferentes autores, como ainda, as inferências e tentativas de aproximação entre os temas abordados, foi possível reafirmar algumas hipóteses, e ainda contrair outras, mas também, apontar possíveis investigações futuras.

Retomando as questões iniciais; seria a educação uma via de manipulação dos opressores sobre os oprimidos? E como tal, a oferta de uma alfabetização precária, pode ser considerada parte fundamental deste processo de alienação?

Em relação à primeira questão, Freire já nos adiantou que sim, do mesmo modo que conferiu à educação a competência de libertar-se das amarras histórica e socialmente constituídas até então, e prover, não sozinha, mas em comunhão com os homens, uma “revolução libertadora”. Por outro lado, também designou à mesma o canal mais próspero de conformação. Tudo isso, embora saibamos que as relações entre oprimido e opressor estejam engendradas em todas as esferas da vida humana. Não há como ignorar o papel fundamental da educação enquanto parte importante da formação dos cidadãos, se assim podemos dizer. E, contudo, compreendemos que nesta *formação* reside uma *conformação* da qual, depois dos referenciais acima dispostos, torna-se difícil desvencilhar o papel da alfabetização enquanto uma das primeiras etapas da vida escolar, mas que, como vimos em Soares, faz parte de um *continuum*⁵ no qual todos estamos impelidos.

Sendo assim, no que tange à segunda questão, podemos inferir que sim, a alfabetização⁶ enquanto atribuição de uma educação alienante e de conotação *bancária*⁷, nas palavras de Freire, e considerada erroneamente de forma individual ou mesmo em sua dimensão social progressista, e *fraca*⁸, nas palavras de Soares, torna-se mera *transmissão do saber e aquisição de letras*⁹, nas palavras Dewey. Essa transmissão não gera reflexão, dado que não parte da realidade dos educandos, tampouco lhes permite romper com este padrão, ficando em segundo plano ou em plano algum a possibilidade de desenvolver a criticidade. Condição

⁵ SOARES, 1995, p. 9

⁶ Aqui estamos incluindo todos os termos analisados no decorrer das discussões de Magda Soares (1995), já citados no desenvolvimento do tema: alfabetismo, analfabetismo e analfabetismo funcional.

⁷ FREIRE, 1987, p.33

⁸ SOARES, 1995, p.10

⁹ DEWEY, 1979, p.9



elementar para a *conquista da liberdade*¹⁰, nas palavras de Henning. Porém, não podemos ainda afirmar que o alfabetismo esteja no centro, ou que seja o motor desta engrenagem multifacetada onde se originam as desigualdades e os elementos que as mantêm.

Assim, entendendo a complexidade, tanto de conceituar o alfabetismo e também seu inverso, quanto de avaliar sua ocorrência e extensão nos indivíduos, sejam eles estudantes ou não e, ainda, percebendo que não podemos colocá-lo como ponto central da manutenção das relações desiguais estabelecidas por Freire, concluimos que até aqui nossas leituras nos levaram a resultados relevantes, mas que muito ainda precisa ser estudado e analisado para avistarmos a raiz destas indagações.

¹⁰ HENNING, 2015, p.8



Obras consultadas

DEWEY, John. **Democracia e educação**: introdução à filosofia da educação. 4ª. Ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1979.

FAJARDO, Vanessa. Como o analfabetismo funcional influencia a relação com as redes sociais no Brasil. **BBC News – Brasil**, São Paulo, 12 nov. 2018. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46177957#orb-banner>>. Acesso em: 08 jun. 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

HENNING, L. M. P. A educação na contra-mão da criticidade. **Revista Espaço Acadêmico (UEM)**, v. 14, p. 01-13, 2015.

RIBEIRO, Vera M. Alfabetismo funcional: referências conceituais e metodológicas para a pesquisa. **Educação & sociedade**, ano XVIII, nº60, dez. 1997.

SOARES, Magda Becker. “Língua escrita, sociedade e cultura: Relações, dimensões e perspectivas.” **Revista Brasileira de Educação**, 5-16, Belo Horizonte, Anped, set./out./nov./dez. 1995.

UNESCO, (1958). **Recommendation concerning the International Standardization of Educational Statistics**. Paris: UNESCO.

VYGOTSKI L. S. **A formação social da mente**. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.